

**AgInt no RECURSO ESPECIAL Nº 1.769.464 - CE (2018/0256058-0)**

**RELATOR** : **MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES**  
**AGRAVANTE** : DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS  
**AGRAVADO** : ASSOCIACAO DOS SERVIDORES DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA SECAS  
**ADVOGADO** : GLAYDDES MARIA SINDEAUX ESMERALDO - CE004019

**EMENTA**

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO Nº 3/STJ. SERVIDOR PÚBLICO. EXECUÇÃO. DECISÃO DO JUÍZO DE PRIMEIRO GRAU CASSADA PELO TRIBUNAL DE ORIGEM POR OFENSA À COISA JULGADA. APLICABILIDADE DA LEI Nº 12.716/12 AFASTADA NO AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 134.428/CE. DECISÃO MANTIDA NO RESP Nº 1.497.936/CE. REVISÃO DO ENTENDIMENTO ADOTADO NO ACÓRDÃO RECORRIDO. REEXAME DO ACERVO FÁTICO-PROBATÓRIO. COTEJO DE PEÇAS PROCESSUAIS. SÚMULA Nº 7/STJ. IMPOSSIBILIDADE. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.

1. O Tribunal de origem deu provimento ao agravo de instrumento ao argumento de que a incidência da Lei nº 12.716/12 já teria sido afastada na execução, tendo sido determinada a continuidade do pagamento da vantagem remuneratória intitulada "Complementação Salarial", conforme acórdão proferido no Agravo de Instrumento nº 134.428/CE, decisão mantida por esta Corte Superior no REsp nº 1.497.936/CE, transitada em julgado, razão pela qual seria inviável nova discussão do tema pelo Juízo da Execução.

2. Segundo já consignado na decisão agravada, rever o entendimento do Tribunal de origem para afirmar que a continuidade do pagamento da "Complementação de Salário" após a edição da Lei nº 12.716/12 não teria sido apreciada no Agravo de Instrumento nº 134.428/CE demandaria, necessariamente, amplo reexame da matéria fático-probatória, especialmente o cotejo das peças processuais de referido julgado (decisão de primeiro grau agravada e recursos posteriores) com as peças do presente feito, procedimento inviável em sede de recurso especial ante o óbice previsto na Súmula nº 7/STJ: "A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial."

3. Agravo interno não provido.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos esses autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da SEGUNDA TURMA do Superior Tribunal de Justiça, na conformidade dos votos e das notas taquigráficas, o seguinte resultado de julgamento: "A

Turma, por unanimidade, negou provimento ao agravo interno, nos termos do voto do(a) Sr(a). Ministro(a)-Relator(a)." A Sra. Ministra Assusete Magalhães, os Srs. Ministros Francisco Falcão (Presidente) e Herman Benjamin votaram com o Sr. Ministro Relator.

Ausente, justificadamente, o Sr. Ministro Og Fernandes.

Brasília (DF), 28 de março de 2019

**MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES**

Relator

